

O TEMA DO ABASTECIMENTO NA HISTORIOGRAFIA BAIANA: UMA AVALIAÇÃO

Mario Augusto da Silva Santos

RESUMO

O tema do abastecimento, só em anos recentes, vem-se tornando objeto de análise da historiografia produzida na Bahia. Isto se deve à superação de uma ideologia colonialista e de uma visão elitista que privilegiavam as questões concernentes ao setor agro-exportador e secundarizavam ou faziam desaparecer os problemas do mercado interno.

Após rápido exame do espaço ocupado pelos estudos sobre o abastecimento nas diversas Histórias da Bahia e em trabalhos monográficos recentes, o autor apresenta suas próprias experiências neste campo de investigação.

O universo temporal da pesquisa é a Primeira República (1889-1930), quando a cidade do Salvador sofreu agudamente os resultados de uma deficiente produção interna de alimentos e viu apertarem-se os laços de dependência dos suprimentos externos.

No artigo, são indicados certos procedimentos metodológicos e alguns resultados obtidos da análise de questões interligadas e componentes da temática: hábitos de consumo alimentar, produção regional de subsistência, comércio externo e interno, política de abastecimento, preços e carestia de vida.

O abastecimento é objeto de estudo que se pode incluir em vários campos de interesse da História. É tema rico porque cria perspectivas a análises diversas que nos levam a abrir questões como: estruturas de produção, comercialização e conjunturas; tipos de sociedade, com suas hierarquias, seus modelos, seus grupos socio-profissionais, seus grupos de consumidores, suas tensões, seus movimentos sociais; o poder, na sua estrutura, composição e funcionamento.

No momento, não pretendemos apresentar uma história substantiva do abastecimento. Cabe-nos apenas fazer uma rápida avaliação do espaço que o tema vem ocupando na historiografia elaborada em nosso meio e apresentar nossas próprias experiências neste campo de investigação.

O abastecimento alimentar de Salvador foi objeto de observações desde os primeiros escritos sobre a cidade, no início da colonização. Do Tratado descritivo de Gabriel Soares de Souza até às Cartas Soteropolitanas de Vilhena, passa-se do otimismo generalizado às críticas mais argutas sobre o setor de subsistência.¹

Entretanto, via de regra, conquanto os crônicas coloniais descrevam com minudências a produção do açúcar e de outros artigos, pouco se ocupam, com parativamente, da provisão alimentar. Tal orientação revela a visão colonialista que, por sua vez, justifica um traço marcante da estrutura colonial: a subordinação do mercado interno aos interesses do complexo agro-exportador.

Passando-se dos depoimentos contemporâneos à produção historiográfica, nota-se uma espécie de incorporação dessa ideologia colonialista na elaboração das Histórias da Bahia ou da cidade do Salvador: rápidas referências ou completo silêncio quando se trata do abastecimento.

A omissão, aliás, não é exclusiva da historiografia sobre a Bahia. O mesmo ocorre em sínteses mais amplas da história do Brasil². Dentre estas fazem honrosas exceções os trabalhos de Maria Yedda Linhares: História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918) e História política do abasteci

mento (1918-1974), o segundo em co-autoria com Francisco Carlos Teixeira da Silva³.

Aqui, pela primeira vez, se tenta uma abordagem larga do tema, por ele mesmo, sem que apareça subordinado como apêndice da história da agricultura comercial. Sem negar o papel central da produção exportadora, foi o estudo orientado para privilegiar o que não é considerado típico ou dominante, parafraseando a autora. Os interesses historiográficos não recaem no que tradicionalmente é tido como "relevante", mas sobre o que tem sido visto como "insignificante". Seu maior mérito talvez seja o de levantar questões e apontar caminhos para a realização de análises monográficas sobre a pequena propriedade, a produção familiar, o consumo urbano etc. A diretriz sugerida é a de se montarem pesquisas "a microscópio" de realidades locais e regionais para se sair das abordagens "dominantes"⁴.

Retomemos o que nos importa mais diretamente: os estudos sobre o abastecimento na historiografia baiana.

Afirmamos linhas atrás que se pode enxergar uma transposição ou conservação da ideologia colonialista na produção historiográfica local. Isto não explica tudo, é certo, pois fatores como a própria formação profissional e intelectual dos historiadores seriam ponderáveis. Entretanto, é muito sintomático que, na edição especial do Diário Oficial do Estado, de 2 de julho de 1923, as matérias de teor histórico-econômico nada digam sobre a produção de mandioca, feijão e outros artigos básicos para o sustento da população⁵. Nesta obra coletiva, esquecia-se a lavoura de subsistência, o que revela, no plano intelectual, o lugar subalterno que ela ocupava na realidade. Era "lavoura de pobre": pobres os lavradores e pobres os consumidores. Aqui já não se trata, apenas, de ideologia colonialista, mas de ideologia da classe dominante agro-mercantil em um país soberano.

Não sendo possível, nos limites desta exposição, fazer um exame completo de toda a historiografia baiana, tomemos como pontos de referência dois momentos que ensejaram o aparecimento de trabalhos significativos: o ano de 1923, comemorativo do pri

meiro centenário da independência da Bahia e o de 1949, quando se festejou o quarto centenário de fundação da cidade do Salvador.

Representativa das publicações de 1923 é a História da Bahia do Império à República de Brás do Amaral. Sua proposta é a de uma história cronológica-narrativa - "um resumo dos fatos mais notáveis de sua existência" - que, de fato, orienta toda a obra. Dai registrar o autor o que acontece, deixando de lado o que é, o mais estável, o mais duradouro. Privilégia-se a conjuntura e se desconhece a estrutura. Por isto, a questão do abastecimento não pôde ser trabalhada.

De referência ao setor de subsistência, só se encontra em Brás do Amaral aquilo que se apresenta revestido de cores mais dramáticas: as secas periódicas e a intervenção governamental. Por outro lado, a partir desta concepção puramente conjuntural e, por assim dizer, meteorológica, do abastecimento, emana a sugestão de que pesa um fatalismo ou determinismo geográfico. Além do mais, sobre as secas, na da se informa a não ser a própria ocorrência.⁶

Dentre as publicações estimuladas pelo quarto centenário destacam-se as Histórias da cidade do Salvador de Edson Carneiro, Teodoro Sampaio, Araújo Pinho, Afonso Rui de Sousa, Pedro Calmon, Carlos Ott e Thales de Azevedo.

Em A cidade do Salvador, Edson Carneiro procura reconstruir a vida urbana, do início ao final do século XVI⁷. Suas observações sobre "O abastecimento de víveres" limitam-se a oito parágrafos, baseados nas informações de Nóbrega, Gandavo e Fernão Cardim, informações escritas no momento em que a prodigalidade da natureza maravilhava os primeiros europeus.

Nos treze capítulos em que se divide a História da fundação da cidade do Salvador de Teodoro Sampaio não há mais de vinte parágrafos dedicados ao abastecimento⁸.

Ainda mais escassas são as referências de Araújo Pinho, na História social da cidade do Salvador; aspectos da história social da cidade (1549-1650). Diversamente dos anteriores, porém, este autor chama a atenção para a ameaça de penúria sob que viviam

os moradores. Isto se deve ao fato de que estendeu suas observações até o fim da primeira metade do século XVII, quando já se revelava a precariedade do sistema de abastecimento, desmentindo-se as ilusões dos primeiros cronistas⁹.

Afonso Rui de Sousa propôs-se uma História política e administrativa da cidade do Salvador. Seu núcleo documental são as Atas da Câmara Municipal, cuja utilização obedece basicamente à norma de deixar falarem os documentos em transcrições ou por meio de paráfrases. Mas este "deixar falar" se faz mediante uma concepção historizante tal que o resultado é um relato cronológico-narrativo muito vincado pelos pontos de vista dos dominantes. Isto, em parte, esclarece porque as questões do abastecimento não têm lugar nesta História. Entretanto, como se trata de uma História Administrativa, fazem-se referências ao consumo interno quando ele se torna alvo de providências oficiais. Em nenhum momento, contudo, o autor avança no sentido de examinar motivações mais profundas que estariam por trás da legislação ou dos protestos dos consumidores. Por outro lado, Afonso Rui sempre vê a história "de cima para baixo", conforme se nota na menção ao movimento do Maneta de 1711, que o autor interpreta como mero resultado de complacência das autoridades. O mesmo se verifica nos aplausos que dedica à repressão contra a revolta da "carne sem osso, farinha sem caroço" de 1858¹⁰. Não é de estranhar, portanto, que o tema do abastecimento, que se volta para os grandes números dos anônimos, dos dominados, não tenha sido versado suficientemente por este autor.

A História da Fundação da Bahia de Pedro Calmon - relato literário que exalta a bravura e o heroísmo dos primeiros colonizadores - não se ocupa do abastecimento¹¹.

A Formação e evolução étnica da cidade do Salvador de Carlos Ott trata da alimentação do ponto de vista etnográfico, mas não na sua dinâmica histórica¹².

Convém ressaltar que não se pretende minimizar o mérito desses trabalhos. Ao contrário, reconhecemos-lhes a importância da consulta ordenada a fon-

tes primárias e outras, mais ou menos desconhecidas até então, e ainda o relato sistemático de informações. Decerto, essas obras responderam às solicitações intelectuais de seu meio, no seu tempo, e estavam limitadas pelos condicionamentos que sempre agem na reflexão sobre a história.

Finalmente, dentre as obras comemorativas do quarto centenário, destaca-se a de Thales de Azevedo, intitulada O povoamento da cidade do Salvador.

Esta História representa um salto qualitativo em relação às demais porque se beneficia de uma visão muito mais compreensiva do processo histórico e da própria formação teórica do autor que transita com reconhecida competência nas áreas limítrofes de Sociologia e da Antropologia. Sua proposta de análise do povoamento leva em conta as situações, os condicionamentos e as resultantes do abastecimento. O tema da alimentação diária compõe o eixo da parte III do livro. No capítulo teórico-introdutório intitulado "O processo ecológico", o autor dá prioridade de aos "recursos de subsistência" como motivo das análises que se seguem e que versam sobre aspectos diversos da problemática: desde as dificuldades iniciais de importação de alimentos no regime de feitorias, os fatores da carestia e da penúria, até os hábitos alimentares e o estado geral de nutrição¹³.

O livro de Thales de Azevedo passa, então, a figurar como a mais rica análise sobre o abastecimento alimentar de Salvador no período colonial. Contudo, não teve continuadores imediatos.

Só em data mais recente, a questão seria retomada em visão de síntese histórica: Bahia; a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, de autoria de Kátia de Queirós Mattoso.

Este livro é um bem elaborado estudo de história urbana, ao qual, dada a sensibilidade da autora, não poderia faltar o enfoque sobre o abastecimento. A terceira parte é voltada para "O mercado de Salvador no século XIX", mercado cuja análise, por si mesma, já justificaria a publicação, não fosse a obra informada por uma visão mais larga da história da cidade. No estudo sobre "mercado de oferta" e "mercado de demanda", Kátia Mattoso aponta as questões que

estão no fundo de um abastecimento "irregular e deficiente". Tais apreciações muito se enriquecem a partir das análises da autora sobre preços e salários, resultado da aplicação de procedimentos estatísticos, no que ela é pioneira na historiografia baiana¹⁴.

Conquanto o tema em pauta ainda não tenha suscitado o aparecimento de um maior número de trabalhos historiográficos na Bahia, à medida em que se faz sentir aqui a tendência para a história dos anônimos, vão sendo despertados interesses para este campo. No mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, foram produzidas duas dissertações cujo objeto de análise é a questão do abastecimento: Abastecimento de farinha da cidade do Salvador, de Ellen Melo dos Santos Ribeiro, e Populismo e carestia (1951-1954), de Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas¹⁵.

A dissertação de Ellen Ribeiro versa sobre o caráter subsidiário da agricultura de mandioca e sua posição na estrutura de produção, as condições do mercado e o consequente comprometimento do sistema de abastecimento de Salvador, no período de 1850 a 1870.

A dissertação de Mirian Tereza de Freitas tem como centro de preocupações o fenômeno da carestia no universo das inquietações sociais, no plano governamental e nas práticas da política populista. Trata-se de um estudo valioso para a compreensão de certos aspectos da história recente de Salvador.

Realizado esse rápido balanço da historiografia baiana sobre o tema, passemos a apresentar as questões que nos pareceram de maior relevância nas investigações que fizemos a respeito.

Os problemas do abastecimento tornaram-se-nos centro de interesse quando nos propusemos a analisar os movimentos sociais de Salvador na Primeira República. Nestes, embora sem exclusividade, sempre presente se achava o drama da alimentação. Para conhecer esse complexo tão envolvente que é o abastecimento, tivemos de levantar algumas indagações: dos hábitos alimentares da população à produção regional de subsistência, à comercialização, à atuação

dos poderes públicos e aos momentos de carestia¹⁶.

A seguir, indicaremos sumariamente os procedimentos adotados e alguns resultados obtidos das pesquisas levadas a cabo para responder a essas indagações.

1. Hábitos de consumo

Inicialmente, fizemos um arrolamento de todos os gêneros consumidos. Mas, levando em conta a necessária discriminação, dividimo-los em três grupos, conforme seu consumo, por três faixas da população, que não tomamos como classes sociais, mas como grupos de renda. Assim foi possível estabelecer os alimentos de consumo restrito, os alimentos de consumo médio e os alimentos de consumo geral. Estes compunham a dieta básica dos setores majoritários da população. Sobre eles iriam recair as análises da produção, comercialização, intereferência governamental e preços. Eram eles: farinha de mandioca, pão, carne verde, charque, bacalhau, feijão, café, açúcar, banha e sal.

2. Produção regional

Para conhecer as possibilidades, limitações e problemas da produção baiana, colocamos o cultivo de subsistência no quadro geral agrícola do Estado; estudamos os fatores que entravavam este plantio; passamos em revista as condições de alguns produtos.

Conseguimos caracterizar o quadro da agricultura baiana na Primeira República como uma região de terras incultas, inaproveitadas, sendo que, dos hectares cultivados, apenas um pequeno percentual era ocupado pelo plantio de subsistência.

Em face das fontes consultadas, não foi possível examinar todas as facetas do problema. Entretanto, pudemos discernir três fatores inter-dependentes e que atuavam em sentido negativo: a localização do cultivo de subsistência, as secas e os transportes internos.

O exame das áreas agrícolas do Estado mostrou que o plantio de subsistência e o gado ocupavam as partes mais centrais - o agreste e o sertão. Isto o tornava vulnerável a dois fatores concorrentes para sua incapacidade de suprir as necessidades regio-

nais: as secas e os transportes.

Das secas, estudamos as ocorrências, a extensão e a influência imediata sobre o abastecimento de Salvador. O efeito mais danoso era que esta cidade tinha de se prover apenas com a produção do Recôncavo e adjacências e ainda fornecer alimentos à zona flagelada. Daí a Bahia, em tempo de seca, passar de exportador a importador de farinha de mandioca.

O estudo dos transportes internos nos revelou sua responsabilidade pela manutenção das deficiências do setor de subsistência, uma vez que, principalmente as ferrovias, não asseguravam o necessário dinamismo à circulação de gêneros.

O momento seguinte foi o de estudar de perto as condições de produção de farinha, feijão, carne verde, açúcar e café.

Quanto aos dois primeiros, a principal dificuldade residiu no fato de que, sendo "lavouras de pobre", as fontes são comumente omissas. Quando entravam na etapa da comercialização é que passavam a ser objeto de referências mais frequentes (v.g. nos Mapas da Associação Comercial da Bahia). A farinha de mandioca, por ser dos gêneros básicos o imprescindível, tornava-se alvo de medidas oficiais, e isto ensejava uma maior soma de registros.

No estudo da produção baiana, a carência fundamental é a de uma história agrária regional, ainda por fazer. Mas, contornando esta dificuldade, realizamos algumas observações sobre a produção dos gêneros de consumo geral. Estas nos indicaram a impossibilidade de se libertar Salvador das importações, salvo quanto ao açúcar e ao café. Mas, sendo o açúcar objeto da proteção oficial e do controle do capital comercial, e o café, beneficiado pela política federal de valorização, o resultado não favorecia nos preços os consumidores de Salvador.

Além do mais, a capital baiana ainda dependia do fornecimento de gêneros produzidos fora do Estado e do Brasil: farinha de trigo, charque e bacalhau. Passamos, então, a estudar o peso do comércio, nas etapas da importação e da distribuição interna.

3. Comércio

Os critérios adotados para o estudo da importação foram:

a) observação do movimento portuário de Salvador, nas entradas e saídas de gêneros de consumo geral, não se desprezando alguns de consumo médio, para se dispor de mais elementos do quadro geral da dependência dos fornecimentos externos;

b) explicar o movimento portuário conforme uma análise da conjuntura cambial e da política tarifária do governo federal.

Das seriações possibilitadas pelas fontes, concluiu-se que, até a primeira guerra, a Bahia dependeu estreitamente das importações estrangeiras. Daí em diante, a dependência se transferiu para a região sul do país. Por outro lado, no conjunto do período, tanto a tendência cambial baixista quanto a política tributária contribuíram para onerar os consumidores pelas elevações dos preços.

A comercialização interna era outra etapa da distribuição, à qual se sujeitava o sistema de abastecimento. Para aquilatar o seu peso, observamos e analisamos: a posição do comércio de alimentos no conjunto das atividades comerciais da cidade; as condições de maior ou menor concentração em que era exercido. Confirmou-se um elevado grau de concentração no comércio de vários gêneros de consumo geral. Isto significava um monopólio de fato que, na prática, desmentia o princípio da livre concorrência e punha a população à mercê dos comerciantes, o que era sentido como um dos aspectos mais abusivos do sistema de abastecimento.

Mas, apesar de se tratar de um mercado livre, quando se tornavam mais agudas as dificuldades da subsistência, os poderes públicos tinham de se pronunciar. Tal interferência passou a se constituir em objeto de outra análise.

4. Política de abastecimento

Dos poderes federal e estadual procuramos examinar as formas e conteúdos de atuação indireta, uma vez que, pelo limite constitucional de suas atribuições, não poderiam agir diretamente no mercado.

A União terminaria por influir através das tri

butações sobre os importados. Daí termos feito o exame de toda a sua política tarifária. Diante da nova realidade trazida pela primeira guerra, apareceu a política de fomento à produção. Como resultado, verificamos que, no final, o objetivo ainda eram os mercados externos. Finalmente, passamos à ação do Comissariado de Alimentação Pública, criado em 1918, marco inicial da intervenção governamental sobre o abastecimento no país e que surgiu como uma resposta à grande inquietação social do momento. Passamos em revista a atuação do Comissariado na Bahia, as reações e pressões que sofreu da Associação Comercial e de órgãos de imprensa, representativos de interesses agro-mercantis. Fez-se necessário o desmascaramento ideológico do discurso liberal destes grupos baianos.

Quanto ao poder estadual, consultando as fontes dele emanadas, procuramos compreender o que não se dizia sobre a agricultura de subsistência. Tivemos de escutar a eloquência do silêncio e extrair das raras referências, a visão dos donos do poder regional: a visão de conjuntura, que atribuía as deficiências do abastecimento a fatores puramente circunstanciais, passageiros; nunca à estrutura de produção.

A atuação do poder municipal nos ofereceu material mais rico, uma vez que, pela própria Constituição Estadual de 1891, o Município da capital tinha competência para agir sobre a regularidade do abastecimento.

O estudo das falas do poder municipal nos revelaram uma mesma apreensão conjuntural dos problemas do abastecimento e um conseqüente desempenho casuístico. Diante de suas constantes invocações de liberalismo como impedimento de atuação mais incisiva, foi necessária uma crítica ideológica que se fez mediante os seguintes recursos:

a) Análise dos episódios em que se fez presente o poder municipal, principalmente quanto às exportações de farinha e quanto às tentativas de se darem concessões de exclusividade para o comércio de carnes verdes. Nos momentos mais difíceis, o Conselho Municipal parecia debater-se entre a necessi

dade de intervir e a preservação do mercado livre.

b) Elaboração do quadro sócio-profissional dos Conselheiros Municipais nas sucessivas legislaturas. Verificou-se uma esmagadora presença de comerciantes e profissionais liberais. Daí, a retórica liberal que, no final, servia para justificar a preservação do mercado livre e dos interesses que a maioria representava. Quanto às denúncias dos representantes minoritários das classes populares, fomos buscar sua impotência no fato de serem eles eleitos em chapas oficiais das oligarquias dominantes. Isto resultava no caráter também retórico de seus protestos em favor do proletariado que diziam representar e no fim melancólico de suas propostas de combate ao açambarcamento e ao monopólio.

c) Exame das práticas políticas dos "currais eleitorais" urbanos, o tráfico de influências e a barganha do voto, utilizado pelos comerciantes para obter a complacência dos fiscais e outros prepostos municipais.

A conclusão, enfim, foi a de que não se realizou uma política de abastecimento, mas, apenas, fizeram-se intervenções episódicas. Não se montaram mecanismos de regulamentação e de controle permanente. Isto decorria, em última instância, de estar o poder em polgardo por aqueles cujos interesses eram opostos aos da mais larga parcela da população.

5. Preços e carestia

Finalizamos o estudo sobre o abastecimento de Salvador, acompanhando o movimento de preços dos gêneros de consumo geral e estabelecendo os momentos mais agudos de carestia de vida. Isto porque não bastaria reter informações que apenas verbalizassem o fenômeno: tornava-se necessária uma verificação da tendência de preços, das suas oscilações e dos instantes mais difíceis de acesso ao consumo.

Para evitar pormenores "técnicos", não discutiremos aqui os procedimentos estatísticos adotados. Destacaremos apenas os seguintes pontos:

a) Não se trata de estudo de custo de vida — o que seria bem mais abrangente e demandaria um leque de indicadores outros além da alimentação. Estudamos somente os preços de artigos alimentares, que

Universitas. Cultura. Salvador (35): 103-117, jan./mar. 1986

eram o custo da sobrevivência, problema central da pesquisa.

b) Os dados sobre os preços a varejo de dez artigos de consumo geral foram obtidos dos registros da Santa Casa de Misericórdia e da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Se não expressam a média de preços de um mercado livre — o que seria a medida ideal — mercado que, sendo livre, caracterizava-se por uma grande variação, revelam, sem dúvida, tendências conjunturais, mais curtas e a médio prazo.

Com tais dados elaboramos um índice geral de preços e, observando seu movimento, no período de 1890 a 1930, pudemos balizá-lo em quatro fases ou conjunturas. Para estas fomos buscar justificativas nos elementos já estabelecidos anteriormente sobre as condições da produção regional e da comercialização.

A seguir, passamos a determinar o fenômeno da carestia de vida. Após conceituá-lo, tratamos de identificar seus momentos mais significativos. Isto, entretanto, só seria possível mediante o cotejo dos preços com séries de salários de algumas categorias profissionais, dados obtidos em outra etapa da pesquisa e que não será aqui comentada por fugir aos objetivos centrais desta exposição.

Assim, procuramos indicar como a questão do abastecimento pode ser relevante em um certo universo de pesquisas. O tratamento que lhe demos não esgotou todas as possibilidades, pois, certamente, ainda restam ângulos a serem explorados. E sempre restarão. Basta que novos estudos se voltem para eles, baseados em novas fontes ou nas mesmas que nos serviram de apoio. O importante é que o pesquisador saiba interrogá-las e ler-lhes as respostas, construindo-as ao mesmo tempo com sua imaginação.

NOTAS

1 Souza, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. 3. ed.. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. 493 p. — Vilhena, Luis dos Santos. Cartas de Vilhena; notícias soteropolitanas e brasílicas. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921. 2 v.

2 Simonsen, Roberto. História Econômica do Brasil (1500-1820). 7.ed.. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. 475 p. - Holanda, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1960-1974. 7 v. - Fausto, Bóris. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1975-1984. 4v.

As obras acima não são as únicas sínteses que omitem as questões do mercado interno. São aqui citadas porque, no gênero, representam trabalhos bem qualificados e divulgados. No conjunto das Histórias de síntese sobre o Brasil podem ser mencionadas duas exceções: Prado, Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 8.ed.. São Paulo, Brasiliense, 1963. 345 p. - Villela, Aníbal Villanova & Suzigan, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945). 2.ed. Rio, IPEA/INPES, 1975. 454 p. Estas são obras diversas quanto às concepções dos autores, quanto à época da elaboração e quanto à própria divulgação, tendo a segunda circulação mais limitada aos estudiosos de Economia e História Econômica. Em ambas, a análise da produção para o mercado interno já aparece como integrante de uma compreensão mais ampla das linhas do quadro econômico. Entretanto, como se trata de sínteses, muitas vezes, a questão ainda se ressentida do tratamento típico da história das "linhas dominantes", privilegiando o mercado externo.

3 Linhares, Maria Yedda Leite. História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, BINAGRI, 1979. 246 p. - Linhares & Silva, Francisco Carlos Teixeira da. História política do abastecimento (1918-1974). Brasília, BINAGRI, 1979. 240 p.

4 Cf. Linhares. op. cit. p. 217.

5 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador, 2 jul. 1923. Edição especial do centenário.

6 Amaral, Brás do. História da Bahia do Império à República. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923. 379 p.

7 Carneiro, Edson. A cidade do Salvador. 2. ed.. Rio, Organização Simões, 1954. 167 p.

8 Sampaio, Teodoro. História da fundação da cidade do Salvador. Salvador, Tip. Beneditina, 1949. 295 p.

9 Pinho, J.J. Wanderlei de Araújo. História social da cidade do Salvador; aspectos da história social da cidade (1549-1650). Salvador, Prefeitura Municipal, 1968. 281 p.

10 Sousa, Afonso Rui de. História política e administrativa da cidade do Salvador. Salvador, Tip. Beneditina, 1949. 664 p.

11 Calmon, Pedro. História da fundação da Bahia. Salvador, Museu do Estado, 1949. 257 p.
Universitas. cultura. Salvador (35): 103-117, jan./mar. 1986

12 Ott, Carlos. Formação e evolução étnica da cidade do Salvador. Salvador, Prefeitura Municipal, 1955. 2v.

13 Azevedo, Thales de. O povoamento da cidade do Salvador. Salvador, Ed. Itapuã, 1969. 427 p.

14 Mattoso, Kátia M. de Queirós. Bahia; a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC; Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. 387 p.

15 Ribeiro, Ellen Melo dos Santos. Abastecimento de farinha da cidade do Salvador; aspectos históricos. Salvador, 1982; 164 f. mimeogr. Dissertação Mestr., Fac. Fil. Ciên. Hum. U.F.Ba. — Freitas, Mirian Tereza Machado Guerreiro de. Populismo e Carestia (1951-1954). Salvador, 1985, 312 f. mimeogr. Dissertação Mestr., Fac. Fil. Ciên. Hum. U.F.Ba.

16 Santos, Mário Augusto da Silva. Sobrevivência e tensões sociais; Salvador (1890-1930). São Paulo, 1982; 471 f. mimeogr. Tese Dout., Fac. Fil. Let. Ciên. Hum. U.S.P.

RÉSUMÉ

L'intérêt pour le ravitaillement est très récent, comme objet d'étude, dans l'historiographie de Bahia. Cela est dû, sans doute, au dépassement d'une idéologie colonialiste et d'une conception élitiste qui mettaient en évidence, dans une place privilégiée, les problèmes relatifs au secteur de l'agriculture d'exportation, laissant de côté, ou éliminant, les questions du marché intérieur.

Après un bref examen de la place occupée par les recherches sur le ravitaillement dans les ouvrages de caractère général (les "Histoires de Bahia"), et dans des travaux monographiques, l'auteur présente ses propres expériences dans ce domaine de recherche.

Les limites chronologiques de l'analyse correspondent à la "Première République" (1889-1930), période au cours de laquelle la ville de Salvador a souffert, d'une manière aiguë, les conséquences d'une production interne d'aliments fort déficitaire, ce qui a provoqué une dépendance étroite du ravitaillement extérieur.

Dans l'article, l'auteur présente certaines questions de méthode et les premiers résultats de la recherche, en examinant des problèmes étroitement liés au sujet central du ravitaillement urbain: habitudes alimentaires, production régionale de subsistance, commerce extérieur et intérieur, politique de ravitaillement, prix et coût de la vie.